

22 y q
mi

Demonstrações Financeiras
31 de dezembro de 2019

AUDIOGEST - Associação para a Gestão e Distribuição de Direitos

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Montantes expressos em Euros)

Rubricas	Notas	2019	2018
ATIVO:			
Ativo não corrente:			
Ativos fixos tangíveis	5	35 176,56	41 220,77
Ativos intangíveis	6	182 641,55	7 932,03
Outros investimentos financeiros	7	8 970,96	6 011,28
		226 789,07	55 164,08
Ativo corrente:			
Clientes	8	2 775 609,56	2 763 959,05
Estado e outros entes públicos	14	12 725,06	12 934,57
Outros créditos a receber	9	1 086 541,34	586 417,59
Diferimentos	10	72 868,21	286 931,98
Caixa e depósitos bancários	11	9 007 047,90	7 573 895,15
		12 954 792,07	11 224 138,34
Total do Ativo		13 181 581,14	11 279 302,42
CAPITAL PRÓPRIO:			
Resultados transitados	12	(1 854,53)	10 790,82
Outras variações no capital próprio	12	195 181,40	-
Resultado líquido do período	12	2 662,14	(12 645,35)
Total do Capital Próprio		195 989,01	(1 854,53)
PASSIVO:			
Passivo não corrente:			
Passivos por impostos diferidos	13	51 883,66	-
		51 883,66	-
Passivo corrente:			
Fornecedores	14	60 718,08	70 054,11
Estado e outros entes públicos	15	896 616,31	792 232,41
Outras dívidas a pagar	16	11 976 374,08	10 418 870,43
		12 933 708,47	11 281 156,95
Total do Passivo		12 985 592,13	11 281 156,95
Total do Capital Próprio e do Passivo		13 181 581,14	11 279 302,42

A Direção



A Contabilista Certificada



As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

AUDIOGEST - Associação para a Gestão e Distribuição de Direitos

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS EM PERÍODO FINDO

(Montantes expressos em Euros)

Rendimentos e Gastos	Notas	2019	2018
Vendas e serviços prestados	17	1 264 244,59	1 137 717,63
Trabalhos para a própria entidade	18	11 414,76	-
Subsídios à exploração	19	148,20	-
Fornecimentos e serviços externos	24	(536 719,88)	(512 948,97)
Gastos com o pessoal	25	(649 153,00)	(550 978,83)
Outros rendimentos	22	4 298,02	7 292,12
Outros gastos	21	(75 920,02)	(79 757,65)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		18 312,67	1 324,30
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	(15 491,27)	(14 332,77)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		2 821,40	(13 008,47)
Juros e rendimentos similares obtidos	23	98,48	2 722,97
Juros e gastos similares suportados	23	(257,74)	(255,20)
Resultado antes de impostos		2 662,14	(10 540,70)
Imposto sobre o rendimento do período	20	-	(2 104,65)
Resultado líquido do período		2 662,14	(12 645,35)

A Direção



A Contabilista Certificada



As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

(Montantes expressos em Euros)

Rubricas		Resultados transitados	Outras variações no capital Próprio	Resultado líquido do período	Total do Capital Próprio
POSIÇÃO EM 01-01-2018	1	<u>7 053,12</u>	-	<u>3 737,70</u>	<u>10 790,82</u>
ALTERAÇÕES NO PERÍODO					
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		<u>3 737,70</u>	-	<u>(3 737,70)</u>	-
	2	<u>3 737,70</u>	-	<u>(3 737,70)</u>	-
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3			<u>(12 646,36)</u>	<u>(12 646,36)</u>
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3			<u>(16 383,06)</u>	<u>(12 646,36)</u>
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO					
Outras operações	5	-	-	-	-
POSIÇÃO NO FIM DE 31-12-2018	6=1+2+3+5	<u>10 790,82</u>	-	<u>(12 646,36)</u>	<u>(1 854,53)</u>
ALTERAÇÕES NO PERÍODO					
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	7	<u>(12 645,35)</u>	<u>195 181,40</u>	<u>12 645,35</u>	<u>195 181,40</u>
		<u>(12 645,35)</u>	<u>195 181,40</u>	<u>12 645,35</u>	<u>195 181,40</u>
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8			<u>2 662,14</u>	<u>2 662,14</u>
RESULTADO INTEGRAL	9=7+8			<u>15 307,49</u>	<u>197 843,54</u>
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO					
Outras operações	10	-	-	-	-
POSIÇÃO NO FIM DE 31-12-2019	1=6+7+8+10	<u>(1 854,53)</u>	<u>195 181,40</u>	<u>2 662,14</u>	<u>195 989,01</u>

A Direção



A Contabilista Certificada




As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

AUDIOGEST - Associação para a Gestão e Distribuição de Direitos

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

(Montantes expressos em Euros)

Rubricas	Notas	31/12/2019	31/12/2018
Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto			
Recebimentos de clientes		13 675 892,53	13 039 113,93
<i>Direitos cobrados</i>		12 205 650,35	11 407 475,52
<i>Comissões de gestão cobradas</i>		1 470 242,18	1 631 638,41
Pagamentos a fornecedores		- 10 824 837,30	- 11 700 941,08
<i>Direitos distribuídos</i>		- 9 107 973,02	- 10 085 812,62
<i>Gastos da atividade</i>		- 1 716 864,28	- 1 615 128,46
Pagamentos ao pessoal		- 692 504,00	- 592 853,33
		2 158 551,23	745 319,52
Caixa gerada pelas operações			
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		6 189,33	8 375,28
Outros recebimentos/pagamentos		- 505 234,49	- 1 885 993,07
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		1 659 506,07	- 1 132 298,27
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
<i>Ativos fixos tangíveis</i>		- 8 367,81	- 38 451,18
<i>Ativos intangíveis</i>		- 218 144,78	-
Recebimentos respeitantes a:			
<i>Juros</i>		- 98,47	2 064,09
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		- 226 611,06	- 36 387,09
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
<i>Juros e gastos similares</i>		257,74	-
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		257,74	-
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		1 433 152,75	- 1 168 685,36
Efeito das diferenças de câmbio		-	-
Caixa e seus equivalentes no início do período		7 573 895,15	8 742 580,51
Caixa e seus equivalentes no fim do período		9 007 047,90	7 573 895,15

A Direcção



A Contabilista Certificada



As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

Anexo às Demonstrações Financeiras 31 de Dezembro de 2019

NOTA INTRODUTÓRIA

NOTA 1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A AUDIOGEST - Associação para a Gestão e Distribuição de Direitos, doravante designada por AUDIOGEST ou Associação, é uma Associação sem fins lucrativos e de utilidade pública, constituída nos termos da Lei nº 83/2001, de 5 agosto (Lei da constituição, organização e funcionamento das entidades de gestão coletiva de direito de autor e de direitos conexos).

A Associação tem a sua sede e Direção efetiva na Avenida Sidónio Pais nº 20 r/c dto., 1050-215 Lisboa.

A principal atividade da Associação é a concessão de autorização para a utilização de fonogramas e videogramas, em representação dos seus membros associados – produtores fonográficos nacionais, ou com estabelecimento permanente, em território Português - e de organizações congéneres com quem tem celebrado acordos de representação (em regra recíprocos).

Uma vez cobradas as remunerações que constituem a contrapartida da mencionada autorização, a Associação distribui os valores cobrados aos utilizadores, pelos seus associados e beneficiários, cobrando a estes a título de prestação de serviços, o valor correspondente à comissão de gestão, que é determinado em Assembleia Geral, em função dos gastos orçamentais e das previsões de cobrança de direitos.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Direção na reunião de 23 de março de 2020. É opinião da Direção que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da AUDIOGEST, bem como a sua posição e performance financeira e fluxos de caixa.

NOTA 2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 - As demonstrações financeiras anexas foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos registos contabilísticos da Associação e de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) previstas pelo Sistema de Normalização Contabilística (SNC) aprovado pelo Decreto-lei n.º 158/2009 de 13 de julho com as retificações da Declaração de Retificação n.º 67-B/2009 de 11 de setembro e com as alterações introduzidas pela Lei n.º 20/2010 de 23 de agosto e 98/2015 de 12 de junho.

2.2 - Não foram derogadas quaisquer disposições do SNC que tenham tido efeitos nas demonstrações financeiras e na imagem verdadeira e apropriada do ativo, passivo e dos resultados da Associação.

2.3 - O conteúdo das contas das demonstrações financeiras é comparável com o do ano anterior, exceto no que respeita aos custos diferidos, pois a licença de software que estava a ser diferida pelo período de 1 ano, acabou por fazer parte integrante do desenvolvimento da plataforma digital e foi reclassificado em ativos intangíveis.

NOTA 3.PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas pela Associação na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1 – BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas de acordo com as bases de apresentação das demonstrações financeiras (BADF), de acordo com o princípio do custo histórico:

3.1.1. - PRESSUPOSTO DA CONTINUIDADE

No âmbito do pressuposto da continuidade, a Associação avaliou a informação de que dispõe e as suas expectativas futuras, tendo em conta a sua capacidade para prosseguir com o seu negócio. Da avaliação resultou que o negócio tem condições de prosseguir presumindo-se a sua continuidade.

3.1.2. – GASTOS E RENDIMENTOS

Os elementos das demonstrações financeiras são reconhecidos logo que satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento. Os rendimentos e os gastos são reconhecidos contabilisticamente em função do período em que ocorrem as transações que lhe estão subjacentes, independentemente do momento em que se efetuam as cobranças e os pagamentos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de “Diferimentos” e “Outras dívidas a pagar/ créditos a receber”. Os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

3.1.3. - COMPENSAÇÃO

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos, não são compensados exceto quando tal for exigido ou permitido por uma NCRF.

3.2 – POLÍTICAS DE RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO

3.2.1.– ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Associação espera vir a incorrer.

Os ativos fixos tangíveis são apresentados pelo respetivo valor líquido de depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospetivamente na Demonstração dos resultados.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho ou a perda resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação, ou a receber, e a quantia escriturada do ativo, e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

Os ativos fixos tangíveis são depreciados em duodécimos durante as vidas úteis estimadas:

Edifícios e outras construções	-	4 a 10 anos
Equipamento administrativo	-	3 a 8 anos

3.2.2. – ATIVOS INTANGÍVEIS

Os ativos intangíveis são mensurados ao custo deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas, sendo os dispêndios com atividades de pesquisa reconhecidos como gastos no período em que são incorridos.

As amortizações de ativos intangíveis são reconhecidas numa base linear durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis. As vidas úteis e método de amortização dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente, sendo o efeito das alterações a estas estimativas reconhecido prospetivamente na Demonstração dos resultados.

Relativamente aos intangíveis com vida útil finita, as respetivas amortizações foram calculadas de acordo com a seguinte vida útil estimada:

Projetos de desenvolvimento	-	3 anos
-----------------------------	---	--------

3.2.3. – IMPARIDADE DE ATIVOS

Anualmente é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis da AUDIOGEST com vista a determinar se existe algum indicador de que possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso). Quando não é possível determinar a quantia recuperável de um ativo individual, é estimada a quantia recuperável da unidade geradora de caixa a que esse ativo pertence.

A quantia recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa consiste no maior de entre (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto antes de impostos que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo ou da unidade geradora de caixa relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do ativo ou da unidade geradora de caixa for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na Demonstração dos resultados na rubrica de “Perdas por imparidade”, salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo de revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando há evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na Demonstração dos resultados na rubrica de “Reversões de perdas por imparidade”. A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações) caso a perda não tivesse sido registada.

3.2.4. – IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O imposto sobre o rendimento do período corresponde à soma do imposto corrente e diferido. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando os impostos diferidos se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio, nestes casos os impostos diferidos são igualmente registados nas respetivas rubricas do capital próprio.

O imposto corrente a pagar é baseado no lucro tributável do período. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em outros períodos, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e dos passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, sendo os ativos por impostos diferidos reconhecidos para as diferenças temporárias dedutíveis, porém tal reconhecimento unicamente se verifica quando existem expectativas razoáveis de lucros tributáveis futuros suficientes para compensar esses ativos por impostos diferidos, ou diferenças temporárias tributáveis que se revertam no mesmo período de reversão das diferenças temporárias dedutíveis. Em cada data de relato é efetuada uma revisão desses ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

Os ativos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que estejam formalmente aprovadas na data de relato.

A compensação entre ativos e passivos por impostos diferidos apenas é permitida quando: (i) a Associação tem um direito legal de proceder à compensação entre tais ativos e passivos para efeitos de liquidação; (ii) tais ativos e passivos se relacionam com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal e (iii) a Associação tem a intenção de proceder à compensação para efeitos de liquidação.

3.2.5. – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no Balanço quando a Associação se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Os ativos e passivos financeiros encontram-se mensurados ao custo, custo amortizado ou ao justo valor.

- a) Custo amortizado: estão os ativos e passivos financeiros que apresentem as seguintes características:
- i) Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida;
 - ii) Tenham associado um retorno fixo ou determinado;
 - iii) Não sejam ou incorporem um instrumento financeiro derivado.

O custo amortizado é determinado através do método do juro efetivo. O juro efetivo é calculado através da taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro na quantia líquida escriturada do ativo ou passivo financeiro (taxa de juro efetiva).

Estão incluídos nesta categoria os seguintes ativos financeiros:

- Clientes e outros créditos a receber (deduzido de perdas por imparidade);
- Outros ativos financeiros (deduzidos de eventuais imparidades);
- Caixa e depósitos bancários (vencíveis a menos de 3 meses).

Estão incluídos nesta categoria os seguintes passivos financeiros:

- Fornecedores e outras dívidas a pagar;
- Outros passivos financeiros

b) Justo valor: a Associação não possui ativos e passivos valorizados ao justo valor.

3.2.6. – RECONHECIMENTO DO RÉDITO

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pelo serviço prestado decorrente da atividade normal da Associação. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

A Associação reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Entidade obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos.

Os rendimentos são reconhecidos na data da realização do serviço prestado, ou seja, quando incorre nos gastos necessários para a execução dos mesmos, se necessário socorre-se do método da percentagem de acabamento ou do método do lucro nulo na impossibilidade de determinar fiavelmente o desfecho dos contratos do serviço prestado.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao pressuposto do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.

3.2.7. – PROVISÕES

São reconhecidas provisões apenas quando a Associação tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante dum acontecimento passado, e seja provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato, dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação.

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletirem a melhor estimativa a essa data.

As obrigações presentes que resultam de contratos onerosos são reconhecidas e mensuradas como provisões, existindo um contrato oneroso quando a Associação é parte integrante das disposições de um contrato ou acordo, cujo cumprimento tenha associados custos que não sejam possíveis de evitar, os quais excedem os benefícios económicos derivados do mesmo.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados apenas quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

3.2.8. – LOCAÇÃO FINANCEIRA E OPERACIONAL

A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato. Assim, as locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e vantagens associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais.

Os ativos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, por forma a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade.

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto numa base linear durante o período da locação. Os incentivos recebidos são registados como uma responsabilidade, sendo o montante agregado dos mesmos reconhecido como uma redução do gasto com a locação, igualmente numa base linear.

As rendas contingentes são reconhecidas como gastos do período em que são incorridas.

3.2.9. – TRANSAÇÕES E SALDOS EM MOEDA ESTRANGEIRA

As demonstrações financeiras da Associação são apresentadas em euros, sendo o euro a moeda funcional e de apresentação.

As transações em moeda estrangeira (moeda diferente da moeda funcional da Entidade) são registadas às taxas de câmbio das datas das transações. Em cada data de relato, as quantias escrituradas dos itens monetários denominados em moeda estrangeira são atualizadas às taxas de câmbio dessa data. As quantias escrituradas dos itens não monetários registados ao justo valor denominados em moeda estrangeira são atualizadas às taxas de câmbio das datas em que os respetivos justos valores foram determinados. As quantias escrituradas dos itens não monetários registados ao custo histórico denominados em moeda estrangeira não são atualizadas.

Os ganhos ou perdas cambiais resultantes dos pagamentos ou recebimentos das transações bem como da conversão de taxa de câmbio à data de balanço dos ativos e passivos monetários, denominados em moeda estrangeira são reconhecidos na Demonstração dos resultados em função da sua natureza (operacional, investimento e financiamento) no período em que são geradas.

3.3. – ACONTECIMENTOS SUBSEQUENTES E PRINCIPAIS PRESSUPOSTOS RELATIVOS AO FUTURO

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço, ou seja acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos, são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço, ou seja acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos, são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materialmente relevantes.

3.4. – PRINCIPAIS FONTES DE INCERTEZA DAS ESTIMATIVAS

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do exercício são as que se seguem:

3.4.1. Provisões

A Associação analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

3.4.2. Ativos fixos tangíveis e intangíveis

A determinação das vidas úteis dos ativos, bem como o método de depreciação a aplicar é essencial para determinar o montante das depreciações a reconhecer na Demonstração dos resultados de cada exercício. Estes dois parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento da Direção para os ativos e negócios em questão.

3.4.3. Imparidade

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da Associação, bem como por quaisquer outras alterações, quer

internas quer externas. A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos implicam um elevado grau de julgamento por parte da Direção no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

NOTA 4. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

4.1 – ALTERAÇÃO EM POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração de políticas contabilísticas.

4.2 – ALTERAÇÕES EM ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS

Não se verificaram quaisquer alterações em estimativas contabilísticas.

4.3 – ERROS MATERIALMENTE RELEVANTES DE PERÍODOS ANTERIORES

Não se verificaram erros materialmente relevantes em períodos anteriores.

NOTA 5. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas, foi o seguinte:



	<u>Edifícios e outras construções</u>	<u>Equipamento administrativo</u>	<u>Total</u>
1 de janeiro de 2018			
Custo de aquisição	89 619,57	102 417,13	192 036,70
Depreciações acumuladas	<u>(78 425,76)</u>	<u>(89 318,52)</u>	<u>(167 744,28)</u>
Valor líquido	<u>11 193,81</u>	<u>13 098,61</u>	<u>24 292,42</u>
Adições	-	31 261,12	31 261,12
Depreciação - exercício	(2 583,24)	(11 749,53)	(14 332,77)
Valor líquido	<u>(2 583,24)</u>	<u>19 511,59</u>	<u>16 928,35</u>
31 de dezembro de 2018			
Custo de aquisição	89 619,57	133 678,25	223 297,82
Depreciações acumuladas	<u>(81 009,00)</u>	<u>(101 068,05)</u>	<u>(182 077,05)</u>
Valor líquido	<u>8 610,57</u>	<u>32 610,20</u>	<u>41 220,77</u>
	<u>Edifícios e outras construções</u>	<u>Equipamento administrativo</u>	<u>Total</u>
1 de janeiro de 2019			
Custo de aquisição	89 619,57	133 678,25	223 297,82
Depreciações acumuladas	<u>(81 009,00)</u>	<u>(101 068,05)</u>	<u>(182 077,05)</u>
Valor líquido	<u>8 610,57</u>	<u>32 610,20</u>	<u>41 220,77</u>
Adições	-	6 803,10	6 803,10
Depreciação - exercício	(2 583,24)	(10 264,07)	(12 847,31)
Valor líquido	<u>(2 583,24)</u>	<u>(3 460,97)</u>	<u>(6 044,21)</u>
31 de dezembro de 2019			
Custo de aquisição	89 619,57	140 481,35	230 100,92
Depreciações acumuladas	<u>(83 592,24)</u>	<u>(111 332,12)</u>	<u>(194 924,36)</u>
Valor líquido	<u>6 027,33</u>	<u>29 149,23</u>	<u>35 176,56</u>

Todos os ativos registados encontram-se totalmente livres de encargos e pagos na sua totalidade.

As depreciações dos ativos fixos tangíveis estão reconhecidas pela totalidade na rubrica "Gastos/reversões de depreciação e amortização" da Demonstração dos resultados.

As adições em equipamento administrativo referem-se, essencialmente a computadores.

NOTA 6. ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como nas respectivas amortizações acumuladas, foi o seguinte:

	<u>Programas de computador</u>	<u>Projetos de desenvolvimento</u>	<u>Ativos intangíveis em curso</u>	<u>Total</u>
1 de janeiro de 2018				
Custo de aquisição	15 471,99	-	7 932,03	23 404,02
Amortizações acumuladas	(15 471,99)	-	-	(15 471,99)
Valor líquido	-	-	7 932,03	7 932,03
31 de dezembro de 2018				
Custo de aquisição	15 471,99	-	7 932,03	23 404,02
Amortizações acumuladas	(15 471,99)	-	-	(15 471,99)
Valor líquido	-	-	7 932,03	7 932,03
1 de janeiro de 2019				
Custo de aquisição	15 471,99	-	7 932,03	23 404,02
Amortizações acumuladas	(15 471,99)	-	-	(15 471,99)
Valor líquido	-	-	7 932,03	7 932,03
Adições	-	-	177 353,48	177 353,48
Transferências	-	7 932,03	(7 932,03)	-
Amortização - exercício	-	(2 643,96)	-	(2 643,96)
Valor líquido	-	5 288,07	169 421,45	174 709,52
31 de dezembro de 2019				
Custo de aquisição	15 471,99	7 932,03	177 353,48	200 757,50
Amortizações acumuladas	(15 471,99)	(2 643,96)	-	(18 115,95)
Valor líquido	-	5 288,07	177 353,48	182 641,55

Os ativos intangíveis em curso referem-se a desenvolvimento de uma plataforma digital (Plataforma LT XXI) para simplificação do processo de licenciamento para a utilização de música gravada e vídeos musicais, através da criação de um balcão virtual de licenciamento.

NOTA 7. OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o movimento ocorrido nesta rubrica de outros investimentos financeiros, respeita ao fundo de compensação do trabalho:

NOTA 8. CLIENTES

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 a decomposição da rubrica de clientes apresenta o seguinte detalhe:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
1) Clientes		
(i) Associadas/Parceiros	4 383,10	43 902,42
(ii) Outros clientes	2 771 226,46	2 720 056,63
Clientes de cobrança duvidosa	<u>7 171,59</u>	<u>7 171,59</u>
	<u>2 782 781,15</u>	<u>2 771 130,64</u>
2) Imparidades de clientes	<u>(7 171,59)</u>	<u>(7 171,59)</u>
	<u>2 775 609,56</u>	<u>2 763 959,05</u>

1) Esta rubrica refere-se aos saldos a receber pela AUDIOGEST relativos a direitos e comissões de gestão.

- (i) Refere-se ao montante a receber relativo a comissões de gestão imputadas a Associadas da AUDIOGEST.
- (ii) Refere-se aos montantes faturados aos utilizadores de música (na sequência de pedidos de licenciamento e renovações), que se encontram por liquidar a 31 de dezembro de cada um dos anos.

2) Traduz o valor de comissões de gestão faturadas e ainda não recebidas e cuja expectativa de cobrança é reduzida.

NOTA 9. OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a decomposição desta rubrica apresenta o seguinte detalhe:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
(I) Adiant. e outras operações com o pessoal	2 743,42	2 218,27
(II) Adiantamentos a fornecedores	5 861,87	14 712,18
(III) Devedores por acréscimos de rendimentos		
Juros a receber	57,00	1 700,00
Faturação a emitir	579 445,81	498 749,68
(IV) Outros devedores	<u>498 433,24</u>	<u>69 037,46</u>
	<u>1 086 541,34</u>	<u>586 417,59</u>

I) O saldo da rubrica de "Adiantamentos e outras operações com o pessoal" refere-se sobretudo aos adiantamentos efetuados aos delegados de licenciamento para fazer face a despesas a incorrer no licenciamento de utilizadores (despesas de deslocação, verificação, entre outras).

- II) O saldo da rubrica de adiantamentos a fornecedores apresenta sobretudo valores de adiantamentos efetuados a advogados para fazer face a despesas com o contencioso da Passmúsica, assim como adiantamentos efetuados à Associação Fonográfica Portuguesa (AFP), por conta de comparticipação de gastos ainda não faturados por esta entidade.
- III) A rubrica de “Devedores por acréscimos de rendimentos” contém:
- a) Juros a receber relativos a depósitos a prazo.
 - b) Comissões de gestão calculadas em relação aos períodos de 2019 e 2018.
- IV) A rubrica de “Outros devedores” contempla o valor de direitos contratualizados relativos a adiantamentos efetuados a solicitadores e agentes de execução para fazer face a despesas com o contencioso da Passmúsica e também adiantamentos efetuados a associadas no âmbito de distribuições futuras. Contempla ainda o apoio financeiro do Fundo Social Europeu, concedido pela Agência da Modernização Administrativa, relativamente ao desenvolvimento da plataforma digital (Plataforma LT XXI) para simplificação do processo de licenciamento. O valor total do apoio financeiro é de 247.065,06€.

NOTA 10. DIFERIMENTOS – ATIVO

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a rubrica de “Diferimentos ativos” decompõe-se da seguinte forma:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Diferimento de gastos		
Rendas	41.719,05	41.710,70
(I) Outros gastos diferidos	<u>31.149,16</u>	<u>245.221,28</u>
	<u>72.868,21</u>	<u>286.931,98</u>

- I) O decréscimo no saldo da rubrica de “Outros gastos diferidos” refere-se sobretudo à reclassificação do projeto da Plataforma LT XXI em ativos intangíveis.

NOTA 11. CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

DESAGREGAÇÃO DOS VALORES INSCRITOS NA RUBRICA DE CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Para efeitos da Demonstração de fluxos de caixa, a rubrica Caixa e depósitos bancários inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses).

A Caixa e seus equivalentes em 31 de dezembro de 2019 e 2018, detalha-se conforme segue:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Depósitos bancários	9 004 288,70	7 572 872,97
Caixa	<u>2 759,20</u>	<u>1 022,18</u>
Caixa e depósitos bancários	<u>9 007 047,90</u>	<u>7 573 895,15</u>

NOTA 12. CAPITAL PRÓPRIO

A Associação foi constituída sem Capital social.

A Associação candidatou-se a um apoio do Fundo Social Europeu (Programa operacional de capacitação administrativa) com o projeto da Plataforma LT XXI (Desenvolvimento de uma plataforma digital para simplificação do processo de licenciamento. A candidatura foi aceite e concedido o apoio financeiro de 247.065,06€ que foi reconhecido em Capital Próprio pelo valor 195.181,40€, líquido de imposto diferido no valor de 51.883,66€. O subsídio irá ser transferido para resultados durante o período de amortização do ativo (3 anos).

NOTA 13. IMPOSTOS DIFERIDOS

Como já foi mencionado, a Associação candidatou-se a um apoio do Fundo Social Europeu com o projeto da Plataforma LT XXI e foi concedido o apoio financeiro de 247.065,06€.

Este subsídio foi reconhecido em capital próprio, sendo transferido para resultados durante o período de amortização do ativo (3 anos). Como será tributado no futuro, foi reconhecido um imposto diferido passivo associado no montante de 51.883,66.

NOTA 14. FORNECEDORES

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 a rubrica de “Fornecedores” detalha-se da seguinte forma:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
(i) Fornecedores	<u>60 718,08</u>	<u>70 054,11</u>

i) Compreende as obrigações junto a fornecedores de serviços, diretamente ligados à atividade operacional da Associação, bem como as obrigações decorrentes do fornecimento de utilidades, tais como de energia elétrica, água, telecomunicações e etc.

NOTA 15. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a decomposição da rubrica de Estado e outros entes públicos apresenta o seguinte detalhe:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Saldos Devedores		
IRC	1 352,04	1 352,04
Retenção imposto s/ rend.	<u>11 373,02</u>	<u>11 582,53</u>
	<u>12 725,06</u>	<u>12 934,57</u>
Saldos Credores		
Retenção imposto s/ rend.	10 850,87	10 061,99
IRC Estimado	-	2 104,65
Retenção de capitais	739 587,05	723 793,94
Restantes Impostos	130 167,43	42 273,68
Contribuição p/ Seg. Social	15 727,35	13 713,57
Outras tributações FC/FGCT	<u>283,61</u>	<u>284,58</u>
	<u>896 616,31</u>	<u>792 232,41</u>

O saldo da conta de “Estado e Outros Entes Públicos” é sobretudo justificado pelas retenções na fonte (IRC Capitais) pagas, no âmbito das distribuições de direitos, a cada um dos associados da AUDIOGEST. A retenção na fonte é paga quando os direitos são colocados à disposição, independentemente da data de faturação dos mesmos (art.94º CIRC).

NOTA 16. OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a rubrica de “Outras dívidas a pagar” tinha a seguinte decomposição:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Credores por acréscimos de gastos		
Remunerações a pagar ao pessoal	248 687,03	217 149,77
Outros acréscimos de gastos	191 636,59	141 323,40
Outros Credores	<u>11 536 050,46</u>	<u>10 060 397,26</u>
	<u>11 976 374,08</u>	<u>10 418 870,43</u>

A rubrica de "Outros credores" apresenta o seguinte detalhe:

<u>Rubrica</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
(i) Direitos faturados a utilizadores PassMúsica	2 984 525,77	2 969 051,90
(ii) Direitos colocados à disposição de associadas	2 583 146,33	2 106 736,24
(iii) Direitos a pagar a associadas (já faturados)	326 785,91	204 319,34
(iv) Direitos cobrados disponíveis para distribuição	2 262 533,34	1 360 751,63
(v) Fundo cultural	1 596 706,88	1 505 892,71
(vi) Reservas para reclamações de terceiros	260 123,61	360 992,55
(vii) Reserva extraordinária	32 628,77	316 864,59
(viii) Direitos a distribuir à GDA	336 924,23	391 350,62
(ix) Direitos de identidades não identificadas	1 135 820,22	828 569,75
Outros credores	16 855,40	15 867,93
TOTAL	11 536 050,46	10 060 397,26

- (i) Este montante corresponde à contrapartida da conta de clientes aquando da emissão de faturação a utilizadores de música pelo licenciamento PassMúsica. De referir que não corresponde a uma responsabilidade para o futuro, uma vez que, embora a faturação seja emitida de forma continuada, sempre que os utilizadores não informam a interrupção da utilização de música, os direitos apenas serão considerados disponíveis para distribuição aos associados da AUDIOGEST e ao parceiro GDA após o efetivo recebimento. A classificação deste montante numa conta de passivo e não numa conta de resultados deve-se ao facto da AUDIOGEST agir em nome e por conta dos seus associados, não podendo por este facto considerar estes direitos como réditos (rendimentos) obtidos.
- (ii) Esta rubrica contém o valor dos direitos colocados à disposição dos associados e ainda não faturados.
- (iii) Traduz o montante de direitos faturados pelos associados e ainda não liquidados pela AUDIOGEST.
- (iv) Refere-se ao saldo de direitos cobrados e ainda não colocados à disposição dos associados.
- (v) O saldo desta conta refere-se à quantia retida a título de fundo cultural, de acordo com o previsto no nº1 do artigo 13º da lei 83/2001, de 3 de agosto (lei das entidades de gestão coletiva). Em todas as distribuições realizadas é retido 5% para fundo cultural. Os montantes retidos serão afetados obrigatoriamente a atividades de natureza cultural e/ou promoção e investigação dos direitos conexos.
- (vi) A rubrica de reservas para reclamações de terceiros contempla os valores retidos, aquando das distribuições aos associados da AUDIOGEST, por conta de reclamações de terceiros para recebimento de direitos dos quais sejam titulares.
- (vii) A rubrica de reservas extraordinárias é utilizada sempre que existam situações que não permitam realizar a distribuição pelos montantes totais, nomeadamente situações de dupla reivindicação de direitos ou situações de falta de reporte de alguns associados que irá originar recálculo dos direitos a distribuir.
- (viii) A rubrica de direitos a distribuir à GDA apresenta o saldo dos direitos relativos ao projeto PassMúsica que estão disponíveis para pagamento à GDA.

(ix) Esta rubrica contempla os valores de direitos cobrados, mas pertencentes a entidades que não se conseguem identificar. Após identificação das entidades a conta é saldada por contrapartida de direitos cobrados e disponíveis para distribuição.

NOTA 17. VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS

O rédito encontra-se mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber. Compreende essencialmente os montantes faturados a associadas da AUDIOGEST, a título de comissão de gestão.

O rédito do período distribui-se da seguinte forma:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Serviços prestados		
Gestão e Dist. Direitos - comissões de gestão	<u>1 264 244,59</u>	<u>1 137 717,63</u>

NOTA 18. TRABALHOS PARA A PRÓPRIA ENTIDADE

Esta rubrica compreende os trabalhos efetuados pelos colaboradores da Audiogest no desenvolvimento da plataforma digital (Plataforma LT XXI).

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Trabalhos para a própria entidade		
Plataforma digital (Plataforma LT XXI)	<u>11 414,76</u>	<u>-</u>

NOTA 19. SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO

Esta rubrica compreende os montantes recebidos do Instituto de Emprego e Formação Profissional no âmbito do programa “Medida Estágios Emprego”.

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Subsídios à Exploração		
Medida Estágios Emprego	<u>148,20</u>	<u>-</u>

NOTA 20. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O imposto sobre o rendimento é reconhecido na Demonstração dos resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 e é detalhado da seguinte forma:

Imposto corrente

<u>2019</u>	<u>2018</u>
-	<u>2.104,65</u>

A Associação, em 2019, encontra-se sujeita a Imposto sobre Rendimento das Pessoas Coletivas, à taxa 21% sobre a matéria coletável. No apuramento da matéria coletável, à qual é aplicada a referida taxa de imposto, são adicionados e subtraídos ao resultado contabilístico, os montantes não aceites fiscalmente. Estas diferenças, entre resultado contabilístico e fiscal, são de natureza permanente.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Assim, as declarações fiscais da Associação dos anos 2016 a 2019 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

É convicção da Direção que qualquer revisão da matéria coletável não terá efeitos relevantes nas contas da Associação.

A Associação não se encontra sujeita a tributação autónoma sobre despesas de representação e outras despesas, conforme informação vinculativa relativa ao artigo 88º CIRC sobre a tributação autónoma (nº 9 do art.º 88º do CIRC) pelo facto de não exercer, a título principal, uma atividade comercial, industrial ou agrícola.

Apesar do resultado líquido ser positivo, existe não existe imposto a pagar devido aos benefícios fiscais a deduzir à coleta que tornam o resultado líquido num prejuízo fiscal.

NOTA 21. OUTROS GASTOS

A rubrica de "Outros gastos", no exercício de 2019 e de 2018, apresenta o seguinte detalhe:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Imposto sobre o valor acrescentado	26 409,01	34 751,52
Taxas	4 684,85	1 210,96
Quotizações	44 705,36	34 721,48
Multas	102,00	8 879,75
Outros gastos	18,80	193,94
	<u>75 920,02</u>	<u>79 757,65</u>

NOTA 22. OUTROS RENDIMENTOS

A rubrica de "Outros rendimentos" apresenta a seguinte desagregação:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Recuperação de encargos	4 298,02	7 292,12
	<u>4 298,02</u>	<u>7 292,12</u>

NOTA 23. GASTOS FINANCEIROS LÍQUIDOS

Os Gastos financeiros líquidos, nos períodos de 2019 e de 2018, tinham a seguinte composição:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Juros suportados	<u>257,74</u>	<u>255,20</u>
	<u>257,74</u>	<u>255,20</u>
Juros obtidos	<u>98,48</u>	<u>2 722,97</u>
	<u>98,48</u>	<u>2 722,97</u>
Gastos financeiros líquidos	<u>(159,26)</u>	<u>2 467,77</u>

NOTA 24. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A repartição dos Fornecimentos e serviços externos nos períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, foi a seguinte:

<u>Rubrica</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
(i) Trabalhos especializados	296.174,99	294.398,55
(ii) Serviços diversos	166.472,42	146.509,08
(iii) Honorários	8.552,41	10.914,99
Energia e fluídos	15.627,67	17.726,91
Deslocações, estadas e transportes	35.030,90	31.054,34
Materiais	11.184,22	10.083,78
Conservação e reparação	3.644,30	2.060,68
Vigilância e segurança	32,97	200,64
TOTAL	<u>536.719,88</u>	<u>512.948,97</u>

- (i) A rubrica de trabalhos especializados é composta essencialmente pelos gastos com serviços jurídicos relativos aos processos de contencioso do serviço de licenciamento PassMúsica, pela avença de suporte relativa aos sistemas informáticos e a serviços prestados no âmbito da angariação, acompanhamento e controlo de licenciamentos.
- (ii) Esta rubrica contém os valores referentes ao arrendamento do escritório e sede da Audiogest/ PassMúsica, bem como das delegações, aos gastos com comunicações, seguros e outros serviços necessários ao desenvolvimento da atividade.
- (iii) Esta rubrica contém a avença jurídico-estratégica relativa à atividade de cobrança de direitos e representação institucional da Audiogest junto de entidades públicas e privadas relacionadas com a atividade da Audiogest. Encontram-se ainda nesta rubrica serviços prestados no âmbito da formação aos órgãos de polícia criminal e a

outras entidades, bem como os serviços prestados pelos agentes de execução nos processos de contencioso PassMúsica.

NOTA 25. GASTOS COM O PESSOAL

Os Gastos com o pessoal cifraram-se em 649.153 euros, registando um acréscimo de cerca de 18% face a 2018, motivado essencialmente pelo aumento na remuneração variável que está diretamente relacionada com o aumento da cobrança de direitos. O detalhe da rubrica é como segue:

<u>Rubrica</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Remunerações Órgãos Sociais	201.052,29	165.409,42
Remunerações do Pessoal	339.759,66	280.824,70
Encargos	104.162,75	97.054,13
Seguros	3.248,62	2.649,08
Indemnizações	-	900,00
Outros	929,68	4.141,50
TOTAL	649.153,00	550.978,83

O número médio de pessoas ao serviço da Associação em 2019 e 2018 foi de 26, em ambos os anos.

O Diretor Geral auferiu no ano de 2019, a título de remuneração bruta o montante de € 201.052,29 (duzentos e um mil, cinquenta e dois euros, vinte e nove cêntimos), que correspondeu a uma remuneração líquida de € 99.084,45 (noventa e nove mil, oitenta e quatro euros e quarenta e cinco cêntimos).

NOTA 26. INFORMAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

A Direção informa que a Associação não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei nº 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no Decreto nº411/91, de 17 de outubro, a Direção informa que a situação da Associação perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

NOTA 27. GARANTIAS E COMPROMISSOS

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 a Associação tem os seguintes compromissos assumidos contratualmente, para além dos já referidos nas notas anteriores:

BZ
U-

	2019			2018		
	< 1 ano	1 - 5 anos	> 5 anos	< 1 ano	1 - 5 anos	> 5 anos
Rendas Vincendas						
Locação operacional de viaturas	40.457,42	41.821,99	-	37.893,11	77.394,55	-

NOTA 28. GASTOS COM O REVISOR OFICIAL DE CONTAS

O serviço de Revisão Legal de Contas no ano de 2019 ascendeu ao valor de 10.650 euros.

NOTA 29. PARTES RELACIONADAS

As transações e saldos com entidades relacionadas, nomeadamente, produtores, GDA e AFP, são divulgados ao longo do presente anexo, uma vez que a própria atividade da Associação se prende com este relacionamento.

NOTA 30. OUTRAS INFORMAÇÕES

Propõe-se que o resultado líquido positivo no montante de 2.662,14 euros seja transferido na sua totalidade para resultados transitados.

Ao contrário das estimativas realizadas e que definiam a continuidade do crescimento dos direitos na sua globalidade num contexto económico favorável, no primeiro trimestre de 2020 fomos confrontados com um surto pandémico causado pelo Coronavírus e que ficou denominado como Covid-19. Os confinamentos decretados, o encerramento de atividades como a diversão noturna e a suspensão de todos os processos judiciais de recuperação de créditos na quase totalidade do ano, causou um impacto negativo significativo na atividade da Audiogest/PassMúsica, sobretudo no que respeita à cobrança dos direitos de execução pública.

NOTA 31. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não se verificaram eventos subsequentes com impacto nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019. Contudo, o conflito entre a Rússia e a Ucrânia veio despoletar um clima de tensão e incerteza nos mercados com consequências económicas e sociais. Como é do conhecimento geral, estão a ser aplicadas sanções à Rússia, não sendo ainda claro o efeito que toda esta situação vai ter na economia mundial e nacional. A Associação não tem exposição direta à Rússia e à Ucrânia sendo que a Direção vai continuar a acompanhar a situação e a tomar as medidas que sejam consideradas relevantes e necessárias, e, embora possam existir algumas implicações na atividade da Associação, não colocarão em causa a continuidade da mesma.

A DIREÇÃO

A CONTABILISTA CERTIFICADA

